

OCUPAÇÃO E CONFLITO NOS SERTÕES DO MANOELBURGO NA ZONA DA MATA MINEIRA

OCCUPATION AND CONFLICT IN THE BACKWOODS OF MANOELBURGO IN THE ZONA DA MATA MINEIRA

Vitória Schettini de Andrade¹

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 217, Bloco A, 2º andar, centro,
Niterói-RJ- CEP: 24.030-060.
Email: vfschettini@yahoo.com.br

Resumo: A fim de desenhar o perfil dos sertões de Manoelburgo, na Zona da Mata mineira, este trabalho terá como objetivos, numa perspectiva interdisciplinar, analisar a região, desde o momento em que era considerada Área Proibida, até chegada do homem branco. Pretende, também, ilustrar, com estudo de caso, um conflito envolvendo a posse da terra na área identificada. Neste artigo, serão utilizadas, além de referencial básico, fontes cartorárias e paroquiais tendo como finalidade o entendimento de uma área considerada fronteira aberta.

Palavras-chave: Sertão; Conflitos; Zona da Mata mineira.

Abstract: In order to profile Manoelburgo backwoods, in Minas Gerais Forest Zone, this work will have as its objects, in an interdisciplinary perspective, an analysis of the region, since the moment it was considered The Prohibited Area, till the european arrival. It's also its intention, to illustrate, with a study case, a conflict involving the possession in the identified land. In this article, besides a basic referential, registry and church sources will be utilized, having as a main purpose, the knowledge of an area considered an open border.

Keywords: Backwoods; Conflicts; Minas Gerais Forest Zone.

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira. Professora Fasm/Unifaminas.

Introdução

Situada no leste da Zona da Mata mineira, a freguesia de São Paulo do Muriahé era anteriormente denominada de sertões do Manoelburgo e teve a sua ocupação em finais do século XVIII e início do século XIX, a partir da organização de um aldeamento de índios, liderado pelo então capitão e diretor de índios, Guido Thomaz Marlière.

Mapa 1

Mapa de Minas Gerais. Destaque para a Zona da Mata



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=566092>. Acesso em 23/ 06/2018.

Cabe explicar que, muito embora em São Paulo do Manoelburgo, as terras tenham sido realmente demarcadas para os índios Puris, conforme consta no Auto de Medição das terras destinadas aos índios, datado de 31/08/1819, redigido pelo capitão Geral dos índios Guido Thomas Marlière,² e mesmo Marlière especificando certa preocupação em dividir os territórios que cabiam aos sesmeiros quanto antes, para não mais se confundir com as propriedades dos índios e evitar desentendimentos entre uns e outros;³ pouco ou nada valeu para que o problema das terras dos índios fosse de fato resolvido, pois, o apossamento, a compra, a grilagem e outras formas de ocupação foram empurrando estes nativos para áreas mais distantes.

Assim, a partir do *Auto de medição de terras*, documento expedido pelo Medidor Aprovado, Francisco de Paula Silveira Alferes, da cidade de Mariana, inaugurou-se na região, uma estrutura de ocupação e povoamento baseada no aldeamento e organização dos índios. A demarcação das terras tinha por objetivo assentar os índios denominados Puris, e promover nesse sertão a catequização e civilização dos indígenas que ocupavam

² Revista do Arquivo Público Mineiro, 1819. p.16-17.

³ Reflexões sobre os índios da Província de Minas Gerais, Março de 1826. Arquivo do Senado Federal: Arquivamento, 307.

toda a área.

Ligado a essa compreensão, afirmamos que antes da freguesia se estruturar economicamente, a Zona da Mara mineira era área de sertão e que só é possível compreendê-la a partir do entendimento de sua estrutura adentrando pelo espaço-temporal na qual ela pertencia. Neste sentido, Fernand Braudel nos adverte que “o tempo, a duração, a história se impõem de fato, ou deveriam impor a todas as ciências do homem”.⁴ Perceber em um mesmo movimento a totalidade social é a grande ambição da história. Ao invés da busca de uma definição abstrata, é preferível, para o autor, a observação de experiências concretas.

Fernand Braudel afirma ser forçoso um diálogo entre a história e a geografia a fim de observar as ações humanas sobre o meio.⁵ Carl Sauer reforça essa ideia ao esclarecer que a Geografia deve beber das águas límpidas da História. Para o autor, cada paisagem humana, cada habitação, é sempre uma acumulação de experiência prática e o pesquisador deve sempre ter como meta principal as origens dos fatos e os traços culturais dos processos de vida em comunidade, sendo essa associação realizada mediante a construção histórica.⁶

Ao analisar uma região é necessário ter em vista um diálogo interdisciplinar e entender que este espaço não existe por si mesmo, ou seja, as relações humanas são efetuadas de modo a criar uma série de transformações historicamente observável, e, além disso, devemos entender, assim como Milton Santos, que as relações humanas instituídas, são mediadas pela subordinação dela com outras áreas, a fim de criar meios de sobrevivência. Ou seja, “cada região organiza o espaço segundo sua modalidade própria”.⁷ Nesse sentido, Fernando Gaudereto Lamas reforça que

a penetração em áreas até então desconhecidas (sertanejas) e sua inclusão dentro da lógica colonial, forjam um sistema de subordinação entre as regiões coloniais, e mesmo quando a área recém-incluída não produz um gênero exportável, ela completa a lógica do sistema, na medida em que permite a produção de bens necessários à reprodução sistêmica das áreas, cuja economia se volta para fora.⁸

Afirmamos, então, que o sertão de São Paulo do Manoelburgo se constituiu muito além de uma região geograficamente estática construída a partir de alguns rios que cortam o território, como o rio Muriaé, o rio Pomba e o rio Paraíba, mas extrapolava seus leitos, seus vales, seus córregos e seus afluentes ampliando este intercâmbio para

4 BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração". In: Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978.

5 BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração". In: Escritos sobre a História. São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 21-22

6 SAUER, Carl O. Introducción a la geografía histórica. Discurso a la Asociación Norteamericana de Geógrafos. Baton Rouge, Louisiana. Diciembre, 1940. p.7

7 SANTOS, Milton. Espaço e método. Sao Paulo: Edusp, 2008. p. 90-91

8 LAMAS, Fernando Gaudereto. Conflitos agrários em Minas Gerais: o processo de conquista da terra na área Central da Zona da Mata (1767-1820). Tese de Doutorado. PPGH-UFF, 2013. p.15.

além deste território mantendo contato com o rio Paraibuna, o rio Preto, o rio Manhuaçu, o rio Casca, o rio Doce e vários córregos que cortam estas terras.

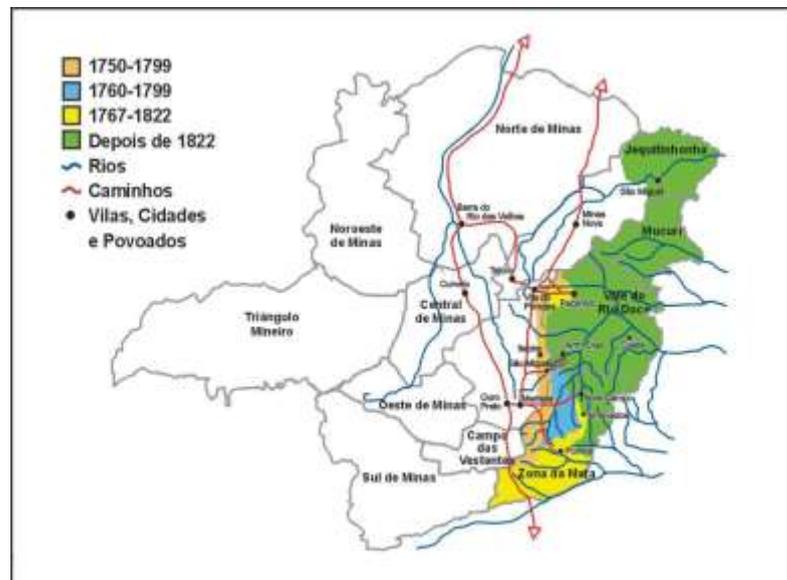
A fim de aprofundar nos conhecimentos da região da Zona da Mata mineira, este trabalho tem o objetivo principal de analisar o espaço compreendido como sertões de São Paulo do Manoelburgo e trazer algumas características básicas desse espaço numa perspectiva interdisciplinar e ainda refletir sobre possíveis conflitos existentes na região. Para esta análise serão utilizados, além de referencial básico, como memorialista, viajantes e outros trabalhos mais recentes, fontes cartorárias e paroquiais para entender esta região que neste momento se caracteriza por ser uma área de fronteira aberta.

Das áreas proibidas à presença do homem branco

É necessário afirmar que mesmo sendo considerada pela Coroa portuguesa *área proibida* do povoamento e da exploração, os sertões da Zona da Mata mineira, até meados do século XVIII, foi uma área propícia à desobediência, por ser constante a presença de brancos que se aventuravam por estas bandas. Por força de interesses particulares, políticos e econômicos, a região será ocupada à revelia da lei e fortuitamente. Mas foi durante o governo de Luís Diogo Lobo da Silva que a área Central da Zona da Mata passou a ser alvo de ações do governo a fim de criar um plano de ocupação ordenado para a região, visando pacificar e catequizar os índios da região e ainda, regularizar as fronteiras abertas na área supracitada.

Mapa 2

Etapas da ocupação da zona de floresta de Minas Gerais, entre 1750-1819, usando como base o mapa da divisão em meso região da FIBE



Fonte: ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Enviado via e-mail dia 07/08/2008

A instalação do Poder Régio na região iniciou-se em 1767, quando o padre Manuel de Jesus Maria recebeu a função de estabelecer o aldeamento para os índios Coropós e Coroados, porém, o avanço mais intenso se deu com a chegada da família real. A partir daí, a política administrativa, que estava voltada para a busca de novos territórios, com vistas a facilitar o escoamento da produção até a Corte, voltou-se para localidades ligadas à Zona da Mata mineira, com especial destaque para os afluentes dos rios Doce e Pomba.⁹

Assim, o Estado procurou efetivar o povoamento da capitania de Minas não apenas com o objetivo de catequizar e civilizar os índios, mas também com objetivo de criar novas vias de comunicação e comércio que facilitassem o escoamento das produções da maior parte de Minas em direção aos mercados consumidores, tanto pela via marítima como terrestre. O mesmo acontecia com a política de doações de sesmarias em áreas habitadas em sua grande maioria pelos Puris, Coroados, Coropós e Botocudos.¹⁰

De acordo com Ângelo Carrara, a ocupação do solo e o acesso a terra na Zona da Mata Central, - espaço territorial compreendido pelos municípios que abrangem a margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce e daí para o leste do Espírito Santo, atuais municípios de Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco,

⁹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. Edusc: São Paulo, 2005.

¹⁰ ALVES, Romilda de Oliveira. Família e formas de sobrevivência na fronteira da área central da Zona da Mata mineira (1808-1850). ANDRADE, Vitória Schettini; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho. As várias faces de Minas: traços locais e regionais (org). Belo Horizonte: EduEMG, 2017.

Senador Firmino, Ubá e parte setentrional do rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras, - abarcavam no início do século XIX duas áreas distintas. Uma primeira constituída pelos aldeamentos indígenas do Presídio e do Guido-Wal, e de Manoelburgo; núcleos dos atuais municípios de Visconde do Rio Branco, Guidoal e Muriaé; e uma segunda onde a presença indígena era relativamente menor, no vale do ribeirão Ubá entre os três aldeamentos e o antigo aldeamento do rio Pomba, fundado em 1768.¹¹

Por possuir menor concentração demográfica nativa próxima ao ribeirão Ubá e rio Pomba, o autor afirma que as primeiras concessões de sesmarias na região foram doadas neste vale em 1775. O que leva a deduzir que a ocupação centrífuga partindo da Vila do Carmo, para a Zona da Mata mineira¹² iniciou primeiramente próximo às serras da Mantiqueira e Espinhaço, em sentido galopante morro abaixo afastando cada dia mais da área mineradora.¹³ Outro fator observado é quanto mais rápido processava a ocupação destas áreas próximas às serras, maiores seriam o número de nativos Croatos e Puris encurralados às margens dos rios Pomba, Muriaé, ribeirão Ubá, Chopotó, Piranga, Itabapoana e Paraíba do Sul.

A floresta tropical que fazia parte da paisagem natural desses sertões e que eram diferenciadas por sua exuberante riqueza de fauna e flora, a início, pouca atenção teve dos pioneiros que ali chegaram, a não ser pela necessidade de devastá-la para o plantio das primeiras culturas de alimentos, criações de animais, abertura de estradas e o plantio da rubiácea, produto que se tornaria o principal artigo de exportação no último quarto dos oitocentos.

Seguramente, estas matas tropicais causariam espanto, medo e ainda satisfação em contemplá-la. Árvores gigantescas composta de cedros, perobas, jatobás, entre outras, compunham esta estrutura da floresta tropical e se vista de cima para baixo parecia em alguns locais uma copa abaulada de modo a se misturar com cipós, folhas e galhos. Visto de baixo para cima, espécies raras da fauna e flora eram observadas, como: orquídeas, bromélias, samambaias; jaguatiricas, micos, muriquis, borboletas, pássaros, além da exuberância de suas nascentes. Vozes ocultas e confusas que geravam ruídos diferenciados. “Esta voz do deserto, não é mais do que uma expressão de temor, de dor e de prazer que parte de seres diferentes”.¹⁴

Como comprovado pela documentação local consultada, capoeiras também faziam parte deste cenário.¹⁵ Resultante de queimadas de florestas virgens, após

11 CARRARA, Ângelo Alves. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. Série Estudos, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999. p.10 e 22

12 CUNHA, Alexandre Mendes. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro do século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século. Ouro Preto, Minas Gerais. X Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2002.

13 O viajante que descesse pelas vertentes orientais da grande cadeia de montanhas da serra da Mantiqueira e Espinhaço encontrariam pela frente extensas matas virgens, capoeiras e capões, nos vales montanhosos. SAINT-HILAIRE. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1995. p.232.

14 SAINT-HILAIRE. Augusto de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 20-22.

15 Confirmações feitas junto aos inventários post mortem, as ações de medição e demarcação de terras, as ações de libelo, documentos presentes no Fórum

algumas plantações consecutivas, as capoeiras são motivos de atenção nas narrativas de viajantes que por ali passavam. Pelo aproveitamento do solo várias vezes, sem nenhum implemento técnico, as matas de capoeiras ficavam mais frágeis que as matas nativas e as espécies de plantas que cresciam, não eram mais as mesmas. O que para Saint Hilaire refletia diretamente na composição orgânica do solo deixando-o menos fértil.¹⁶

Meteorologicamente entende a Zona da Mata mineira como uma região de variações climáticas diversas alterando conforme a altitude. As chuvas predominam na primavera e verão, iniciando no final de setembro e diminuindo em março. No verão, entre os meses de novembro a fevereiro nas margens do rio Pomba e do rio Paraíba, a Zona da Mata apresenta um calor “fortíssimo e estafante”,¹⁷ o que poderia ser amenizado em locais mais elevados e próximos a grotões, no qual a abundância de água aumenta a unidade do ar refrescando os dias de sol intenso. Entre os meses de março a fim de setembro ocorria a estação fria e seca. Eram meses em que muitas das nascentes diminuía sua vazão secando riachos e córregos e alguns rios transformavam em um fio d’água. Época de queimadas para o plantio. Os animais escasseados de alimento procuravam locais mais úmidos para alimentarem. O clima, portanto, tropical quente e úmido com temperaturas variando entre a média máxima de 38°C e média mínima de 15°C, com média anual de 23°C podendo diminuir ou aumentar de acordo com o local.

Os solos dominantes das matas tropicais, como na maior parte do território brasileiro, são os latossolos.¹⁸ Aos latossolos se junta na Mata Mineira “os aluviões – de riqueza química variável – e intergrades, ácidos e também pobres em nutrientes orgânicos”.¹⁹ O que nota-se é uma paisagem bem diferenciada em relação à área mineradora. Muda o clima, o relevo, a paisagem e na vegetação. Não mais uma vegetação rala, como na região mineradora, mas árvores fechadas e algumas delas gigantes entre uma série de pequenas montanhas.²⁰

À medida que os espaços vão sendo ocupados pelo homem branco e a agricultura desenvolvida, maior seria a necessidade de derrubar as matas e explorá-la, seja para a construção de casas, construção naval, transporte terrestre, instrumentos de trabalho, navegação fluvial, dentre outras, originando alguns clarões em meio à floresta.²¹

Aos poucos, novo perfil social e econômico é efetuado na região, a noção de

Desembargador Pacheco de Medeiros em Muriaé.

16 Idem, *Ibidem*, p.80 e 90.

17 SAINT-HILAIRE. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.p.80.

18 Latossolos são solos minerais, homogêneos, com pouca diferenciação entre os horizontes ou camadas, reconhecido facilmente pela cor quase homogênea do solo com a profundidade. Os Latossolos são profundos, bem drenados e com baixa capacidade de troca de cátions, com textura média ou mais fina (argilosa, muito argilosa) e, com mais frequência, são pouco férteis. Ver: KER, Joao Carlos. Latossolos do Brasil: uma revisão. *Geonomos*, 5(1):17-40, 1997.

19 Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. (A subjetividade do escravo perante a coisificação social própria do escravismo) Tese de doutorado. USP. São Paulo, 1995. p.28.

20 HALFELD, Henrique Guilherme Fernando; TSHUDI, Johann Jakob von. A província de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.p.68.

21 Para maiores detalhes sobre a exploração e uso da madeira da Mata Atlântica, ver: Dean, Warren. A ferro e fogo. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Pádua, José Augusto de. Um sopro de Destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. Cabral, Diogo de Carvalho de. Homens e Árvores no ecúmeno Colonial: a indústria madeireira na Bacia do Rio Macacu. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGH/UFRJ, 2007.

riqueza ganha um sentido mais objetivo de potencial dos recursos naturais do sertão. Madeiras de lei, flores, produtos para tinturaria e plantas medicinais, couros de animais silvestres, pássaros, micos, exploração de minérios “menos preciosos” como o ferro, cobre, manganês, etc.; consistiam em algumas destas explorações,²² e é claro que quanto mais pessoas aportam na região, maiores seriam os problemas existentes, principalmente gerados pela ocupação da terra.

Viajantes que pela região circulavam tentavam explicar a designação dada a esta área. Saint-Hilaire se referia ao local não como uma “divisão política”, mas uma “espécie de divisão vaga” pelo reduzido número populacional.²³ Para o autor,

O nome de sertão ou deserto, não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população. O sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a parte dessa cadeia até os limites occidentaes da província.²⁴

O autor apresenta este espaço com terreno ondulado, cortado por algumas montanhas e salpicado de pântanos, catingas por diversas áreas, população rarefeita e vastidão terrena. Devido ao seu isolamento, era considerado um lugar de asilo para criminosos perseguidos pela justiça.²⁵

De acordo com o naturalista, o conceito de sertão possuía uma compreensão muito mais ampla do que se imaginava, mesmo para o período colonial, que se fragmentava em espaços diversos. Relatos de áreas despovoadas, incultas, sem sinal de criações, profunda solidão e uma tediosa monotonia são evidenciados pelo autor. Sítios e casebres pobres, de gente humilde, rodeados de seriemas, pacas, tatus, formigas, insetos, galináceos, onça que se ouve urros, e ainda, uma série de outros animais, são retratados, dando um tom literário às suas narrativas.²⁶

Núbia Braga Ribeiro contrapondo essa definição afirma que o sertão se insere nos assuntos e decisões políticas mesmo que o espaço não estivesse demarcado oficialmente pelo Estado e fosse incluído como lugar de não civilizado, pois, deveria se levar em conta a terra concebida numa perspectiva diferenciada por seus habitantes. Esse espaço tenderia, assim, a ser um lugar de conflitos, de litígios numa concepção territorial não fixa. Estas áreas de fronteiras acabaram, na visão da autora, por se tornar

22 ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Edusc: São Paulo, 2005. p.84.

23 SAINT-HILAIRE. Augusto de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

24 SAINT HILAIRE. Augusto de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro, Minas Geraes e São Paulo (1822)*. Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1938a. p.247-248.

25 SAINT HILAIRE. Augusto de. *Viagens pelas Províncias do Rio de Janeiro a Minas Geraes (1822)*. Tomo II. Companhia Editora Nacional: Rio de Janeiro, 1938. p.249.

26 Idem, *ibidem*, p.249 e 363.

focos de resistência indígenas desencadeando guerras acirradas.²⁷

Como vemos, a nomenclatura do termo *sertão* era utilizada para designar um espaço geográfico desconhecido, área considerada despovoada de elementos civilizados, porém, habitadas por índios considerados como inimigos e acusados de dificultarem o povoamento e desenvolvimento. Para Márcia Amantino, os sertões poderiam ser vistos por dois ângulos, “por um lado era visto como local de excelência do descobrimento de ouro e da riqueza rápida” e por outro “um local associado à fome, às guerras com índios e escravos fugitivos, às más condições de vida, à insegurança e à morte”.²⁸ Assim, a tarefa em desbravar, pacificar, na tentativa de obter algum ganho, era reservada a alguns brancos destemidos e de confiança da Coroa.

Por seu isolamento seria um lugar desumanizado, incivilizado e inculto. Parecia então, um lugar estranho, habitado por quem não participava da lógica da colonização: índios, aventureiros, predores de índios, caçadores e coletores, posseiros brancos pobres, mestiços, quilombolas e negros livres. Não significa ser um espaço literalmente desabitado, mas ausentes da civilização e de atividades voltadas para o mercado²⁹.

Na visão de Russell-Wood o sertão estava associado à noção de fronteira como metáfora. Primeiro por ser visto pelos moradores da Colônia como “noção vaga”, causada por uma ausência de limites. Neste sentido, não era visto como uma fronteira num sentido político e geográfico, mas um *estado de espírito*, não cristão, caótico e abandonado por Deus. Por outro, apesar de ser um lugar com grau elevado de dificuldades de comunicação, possuía um altíssimo grau de unidade sócio-econômica e política, por serem intensas as misturas étnicas entre brancos, negros e índios.³⁰

De acordo com o autor, a penetração nos sertões estava associada a conquistas ou supressão e não a noção de fronteira. Para os índios seria a Pátria, para outras categorias sociais, teria uma conotação de sobrevivência, o que criava uma natureza díspar sobre seu conceito, não existindo um conceito linear de fronteira para o Brasil.³¹

Em meio a estas montanhas, nos *sertões* do rio Muriaé habitavam os índios Puris que de acordo com Lamego Filho não eram tão dóceis quanto se podia imaginar, eram temidos e perigosos quando importunados. O autor faz a seguinte observação: “e de cada tronco, de cada galho, de cada tufo, apontavam de imprevisto as flechas gigantescas dos minúsculos Puris”.³²

Na visão de Paulo Mercadante esses índios viviam da caça e da pesca, mostrando violentos na guerra. “Alimentavam-se da carne, milho, mandioca, preparados em panelas de barro”.³³ Assim, até finais do século XVIII e início do XIX, antes da

27 RIBEIRO, Núbia Braga. Lutas e focos de resistências indígenas no sertão colonial (século XVIII). In: Anais Anpuh/MG São João del Rei. Julho 2006. Cd Rum.

28 AMANTINO, Márcia. O sertão do oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, nº 29, p.79-97, 2003.p.94.

29 ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Edusc: São Paulo, 2005. p.75-76.

30 RUSSELL-WOOD, A. J. R. Fronteiras no Brasil colonial. *Oceanos. A formação territorial do Brasil*. n. 40, out.-dez. 1999, p. 8-20.

31 Idem, *ibidem*, p. 8-20.

32 LAMEGO FILHO, Alberto. *A Planície do Solar e da Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria Católica, 1934. p.123

33 MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste. Estudo de uma região: Mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.p.32.

devastação desumana da floresta de Mata Atlântica e do seu povoamento de forma mais consistente, esses índios viviam em contato direto com a natureza.

Trabalhando para o governo Imperial entre os anos de 1808 a 1821, o Barão Wilhelm Ludwig Von Eschwege delinea alguns traços geográficos constituintes da formação territorial das Minas Gerais, incluindo São Paulo do Manoelburgo (Mapa 3). Mesmo existindo alguns contrastes se comparado a configuração atual dos rios, não deixa de ter um grande valor para o entendimento da geografia regional.

Ao localizar algumas representações cartográficas no mapa feito por Eschwege observa-se que o rio Robson Crusóé é hoje o rio Muriaé, o ribeirão São João do Monte, presentemente é chamado de rio Preto, o único que não altera o nome é o rio Glória, que permanece ainda hoje com seu nome de origem.

Neste mapa estão dois dos três maiores afluentes do Rio Muriaé: o rio Preto e o rio Glória, falta, porém, o rio Carangola, que nasce na Província de Minas Gerais e deságua na Província do Rio de Janeiro, no curso do rio Muriaé. Apesar de traçar alguns riscos não identificados, sabe-se hoje, que além dos três principais afluentes do rio Muriaé, seu curso é ainda composto por 13 ribeirões, 57 córregos e 14 lacrimais.³⁴ Até desaguar no rio Paraíba do Sul, o rio Muriaé soma-se em seu trajeto 204 km. Deste total 50 km são percorridos em terras mineiras e 154 km em solo fluminense. Dente as cidades mineiras por estas águas banhadas estão desde sua nascente na serra das Perobas, as cidades de Miraí, Muriaé, Patrocínio do Muriaé e em território fluminense, Laje do Muriaé, Itaperuna, Cardoso Moreira e Italva.

O rio Preto, assim como o rio Muriaé nasce em Miraí penetra em áreas muriaeenses pelo distrito de Pirapanema e antes de vazar o rio Muriaé, no bairro da Barra recebe o ribeirão *Sem Peixe* – formado pelos córregos da *Fumaça e Jacaré*.

O rio Glória inicia seus primeiros fios de água da Serra do Brigadeiro conhecida no período da ocupação como Serra dos Arrepiados no município de Fervedouro. Tal rio banha os distritos de Madeira, São Pedro do Glória, a cidade de Fervedouro, Bicuíba (distrito de São Francisco do Glória), a cidade de Miradouro (Glória) e Itamuri (Nossa Senhora da Glória) distrito de Muriaé desaguardo a 3 km abaixo dessa cidade.

Em relação ao rio Carangola, nasce nas proximidades da cidade de Divino (Divino do Espírito Santo) banha as cidades mineiras de Carangola (Santa Luzia dos Tombos do Carangola), Faria Lemos, Tombos (Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola) e pelo lado fluminense banha a cidade de Porciúncula, e Natividade e deságua no rio Muriaé próximo a cidade de Itaperuna.³⁵

Com relação a quantidade de córregos que compõem os afluentes do rio Muriaé, em períodos de cheias este número é aumentado, pois, se tratando de cursos d'água

34 VERMELHO, José de Oliveira. "O município de Muriaé e seus cursos d'água". Revista de Historiografia Muriaeense, Muriaé - Minas Gerais, nº 4, p.11-16, março, 1981.p.11-16.

35 FARIA, Maria Auxiliadora. O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé. Leopoldina, 1995.p.18-19.

intermitentes, desaparecem alguns nos períodos de longa estiagem e borbulham outros em épocas de chuva.³⁶

Outra referência geográfica de Muriaé perceptível no mapa abaixo é a Pedra Redonda - batizada mais tarde com o nome de Pedra Santa ou Pontão. Local de uma gruta belíssima e de paisagem exuberante. Localizada próximo ao rio Glória e a Usina do Glória, vista de vários ângulos se elevado o local em que se encontra. O encantamento pelo panorama levou a construção de uma Igreja nesta gruta, no qual é visitado por fiéis em busca de promessas e orações.

Mapa 3
Mapa da localização do Porto dos Diamantes



Fonte: VON ESCHWEGE. W. "Parte da Nova Carta da Capitania de Minas Gerais". Pluto Brasiliensis. Vol.1. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1944.

Legenda

- Freguesias, vilas e povoadamentos
- ... Caminhos

Também observamos no mapa acima os distritos dos índios Coroados, Coropós e Puris que viviam próximo a serra dos Arrepiados, rio Pomba e rio Muriaé. O motivo que levou a aproximação destes indígenas foi a proteção que esperavam encontrar

36 VERMELHO, José de Oliveira. "O município de Muriaé e seus cursos d'água". Revista de Historiografia Muriaeense, Muriaé - Minas Gerais, nº 4, p.11-16, março, 1981.

localizando próximo aos botocudos, índios que viviam na margem sul do rio Doce definidos por Saint Hilaire um dos grupos mais “agressivos”.³⁷

Com a intenção de demarcar as terras destinadas aos índios, à distribuição de ferramentas e ao envio de um vigário paroquial foi criado presídios em alguns pontos da Província de Minas Gerais. Tal ação fazia parte da política dos capitães-gerais da capitania de Minas Gerais a partir de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768). Os presídios era o lugar destinado a ajudar na luta contra os grupos indígenas. Era composto por uma guarnição de soldado pedestre que não possuía qualquer vínculo com o regimento regular. Tinha a função de rondar as vilas e matos e na grande maioria das vezes sob o comando de um militar. “Era um lugar de degredo e, por esse meio garantiam-se os elementos que poderiam ajudar na luta contra os grupos indígenas, ao mesmo tempo em que a floresta e o medo dos índios impediam as fugas”.³⁸

Quando Luiz Diogo Lobo da Silva inicia a política de ocupação do sertão foram construídos os presídios de Arrepiados e Cuité e os aldeamentos para os índios Puris³⁹. Segundo Haruf Espindola, é também estabelecido o Presídio e Freguesia do Pomba,⁴⁰ no qual São Paulo do Muriaé pertencia antes de seu desmembramento administrativo para São João Batista do Presídio.

Em 1807, de acordo com Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello, nos sertões do leste mineiro funcionavam os presídios de Cuité, Abre Campo, Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Pomba e São João Batista, na parte meridional do rio Doce e no rio Pomba; na parte setentrional ficavam os presídios de Guanhões e Peçanha (ver mapa 2).⁴¹

Isolados no meio da floresta, os presídios funcionavam como suporte à colonização da região. Na Zona da Mata Central foram instalados dois presídios: o de São João Batista e do Pomba. “Em 1807 estavam aldeados, no Pomba, os índios Puri, Coroado e Croato”⁴². De acordo com Haruf Salmen Espíndola, logo no início do governo de Antônio de Noronha (1775-1780), por existir uma preocupação com a sobrevivência humana, principalmente dos novos ocupantes dos sertões, mandou fazer guerra aos índios da região do rio Muriaé, que faziam incursões aos incipientes aldeamentos do rio Pomba. A direção deste compromisso ficou sob a direção do padre Manoel de Jesus Maria, o que deixava vulnerável a sobrevivência de tais índios.⁴³

37 SAINT-HILAIRE. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.p.307.

38 ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão do Rio Doce. Edusc: São Paulo, 2005. p.51.

39 Os presídios eram locais destinados ao aprisionamento de índios bravios, com objetivo principal da catequização e domesticação.

40 Idem, ibidem, p.51-52.

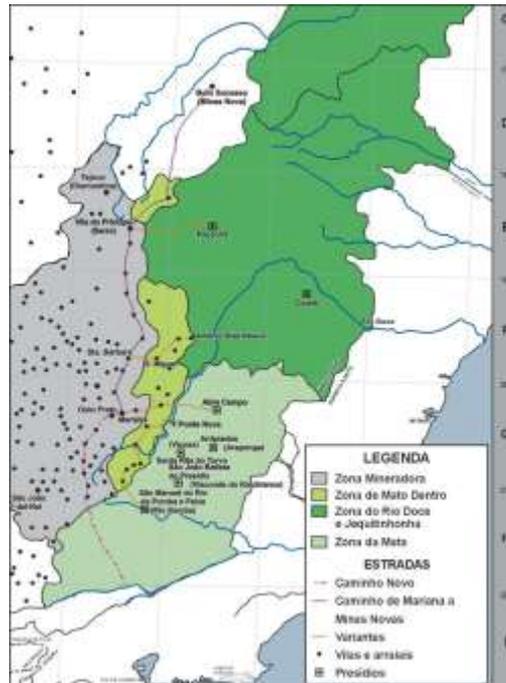
41 ATAÍDE E MELLO, Pedro Maria Xavier. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.11, 11 de Abril de 1808. p.312-316.

42 ESPINDOLA, Haruf Salmen. Idem, ibidem, p.62.

43 Idem, ibidem, p.52.

Mapa 4

Os sertões do rio Doce e Jequitinhonha, a Zona da Mata, a Zona da Mineração e a zona fronteiriça denominada Mato Dentro, com distribuição de núcleos urbanos, 1808.



Fonte: Haruf Salmen Espindola. Enviado via e-mail dia 07/08/2008

Analisando o mapa 4 datado de 1808 observa-se uma rarefação de vilas e arraiais próximas aos presídios da Zona da Mata, invertendo o quadro na área mineradora. Porém, se analisar um mapa em finais do século XIX várias seriam as freguesias, vilas e arraiais nesta região. E ainda, ao considerar o tracejado do Caminho Novo que corta esta região percebe-se quão importante será seu percurso para a tarefa de ocupação da Mata mineira. Este caminho, segundo consta na historiografia, foi devassado por Garcia Rodrigues após ter pedido autorização ao rei português D. Pedro II para abrir uma nova rota em direção às Gerais em 1702, já que o Caminho Velho, anteriormente construído, levava mais tempo em seu percurso. No ano de 1704 Garcia Rodrigues pediu auxílio à Coroa, pois havia, em suas palavras, gastado muitos cabedais e a ainda não havia concluído o caminho. O Caminho Novo ligava o Rio de Janeiro à região mineradora e foi concluído em 1709. Somente após o ano de 1720 passou à condição de rota principal entre o Rio de Janeiro e às Gerais.⁴⁴

Para Orlando Valverde, “os vestígios do pioneirismo da região da mata mineira em fins do século XVIII são mínimos”. Para o autor, “o que existiu foi abertura nas matas por precursores que abriram picadas e fundaram núcleos isolados na floresta”,⁴⁵

44 VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. In: Varia História. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte: UFMG, nº 21, jul. 1999, p. 182.

45 VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. In: Revista Brasileira de Geografia. Ano XX. Jan/mar, nº 1, 1958. p.27.

uma população espaçada em função da dificuldade de penetração.

Algumas diferenciações entre o período de concessão de sesmarias são observadas. Como visto acima, Ângelo Carrara afirma que as primeiras doações de sesmarias ocorreram em 1775, para Paulo Mercadante a habitação deste território ocorreu no curso do século XVIII, entre os anos de 1710 a 1822. Ultrapassando o total de 6.642 léguas quadradas de doações.⁴⁶ Para Carrara as fronteiras nas freguesias do Presídio e de Ubá foram fechadas por volta de 1840, enquanto permanecia aberta na mesma época em todo o vale do Rio Muriaé. Para o autor, no mesmo vale a última vez em que uma escritura mencionou o arrendamento como modo de acesso ao solo foi em 1841.⁴⁷ Assim, quanto mais distante da área de mineração sentido Zona da Mata mineira ao Mucuri e Jequitinhonha, mais tarde seria efetivada a ocupação.

Mesmo caracterizando a início da ocupação por pequenas produções agrícolas, acredita-se que mesmo sendo simplificadas, as relações originárias no tempo e espaço são maiores do que o simples ato comercial.⁴⁸ Uma metamorfose espacial se articulava economicamente, uma complexa cadeia se processava numa lógica de fronteira aberta originada por uma demanda populacional e econômica, no qual se organizava a formação familiar embutida na lógica do crescimento.

Esta cadeia de dependência se articulava muito antes da abertura oficial do governo para ocupação do território gerando uma relação de compromisso e hierarquização mediante um sistema de trocas. Assim, ocupar o leste mineiro poderia ser, não apenas uma forma de crescimento econômico, entendido sob a lógica da dominação, como também uma válvula de escape para habitantes de outras áreas do país que viam possibilidades de sucesso, crescimento e poder.

Nesta “cadeia de dependência” e tramas de sociabilidades, chega a São Paulo do Muriahé Constantino Pinto, na ocasião com trinta e cinco anos, homem designado para ser vice-diretor dos índios e para administrar o comércio da poaia (ipecacunha), planta utilizada pelos Puris e comercializada como medicamento, muito sabemos que os negócios efetuados tendo a planta como material de troca já existia na região desde meados do século XVIII. Devido ao seu grande valor comercial, religiosos, negociantes, militares e aventureiros serão neste momento os grandes negociadores da planta que também era destinada à exportação, exatamente por sua aceitabilidade no mercado internacional.⁴⁹

Nascido em Barbacena em 1784, filho de Manoel Domingos Pinto e Anna Francisca da Assunção, Constantino constituiu uma família de nove filhos: Maria Angélica da Luz casada com José Ferreira Cezar, Constantina Angélica da Luz casada

46 MERCADANTE, Paulo. Os sertões do leste. Estudo de uma região: Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p.38.

47 CARRARA, Angelo A. Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da mata mineira, século XVIII e XIX. Série Estudos, nº 2, Mariana: NHED/ UFOP, 1999. p.26-37.

48 WALLERSTEIN, Immanuel. Espaço econômico. (verbete). In: ROMANO, Ruggiero (org). Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

49 JOSÉ, Oiliam. Marlière, O Civilizador. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958, p.76

com Antônio Ferreira Cezar, Venâncio José Pinto casado com Emília Carlota, Messias Angélica da Luz casada com João Antônio Machado, Antônio José Pinto casado com Honorata Maria de Jesus, Francisca Angélica da Luz casada com Antônio Fortunato Pinto, Joaquim José Pinto casado com Maria Trindade Xavier, Belmiro José Pinto (solteiro) e Felismino José Pinto (solteiro).⁵⁰

Mesmo sem fazer grandes genealogias, algumas observações são feitas na constituição familiar de Constantino Pinto. Dentre os sete filhos casados existiriam duas filhas que provavelmente se uniram matrimonialmente entre irmãos, Maria Angélica e Constantina, o que demonstra repetição de laços parentais entre famílias. Fornece também pistas de casamentos consanguíneos por haver uma repetição do sobrenome do sogro sobre um dos genros, mesmo entendendo que não havia no período, uma preocupação em adotar sobrenomes de descendências familiares.⁵¹

Consultamos o inventário *post-mortem* da primeira esposa de Constantino Pinto, dona Venância Angélica da Luz e observamos que com o passar do tempo, o diretor dos índios Puris tornou-se um homem de posses e senhor de escravos e não mais se dedicaria somente à sua tarefa inicial. Notamos, na documentação, atividades agrícolas que lhe deram certa estabilidade financeira e social. Dentre os bens arroladas estão joias, utensílios de cobre e ferro, móveis, vinte e seis cabeças de gados, três muares, dez escravos, na sua maioria de origem africana e algumas benfeitorias, incluindo muitos pés de café e uma fazenda,⁵² o mesmo acontecendo com o inventário *post-mortem* de sua esposa de segundo matrimônio, dona Maria José Gonçalves, na qual observamos bens móveis, semoventes, joias, plantações, benfeitorias e dívidas ativas.⁵³

Nota-se, assim, que lentamente, estes espaços vão assinalando a construção dos primeiros arraiais e vilas transformando em lugares de intensas sociabilidades. No entanto, como afirma Alexandre Cunha,⁵⁴ esta orientação espacial apoia na perspectiva de que não são os processos e práticas sociais, culturais, econômicas, políticas, etc., elementos que simplesmente se desenrolam por sobre uma base espacial dada. Entende-se que este espaço é um ator presente nos processos sociais influenciando diretamente na vida cotidiana e que se personifica à medida que suas formas são criadas e recriadas segundo as plantas do próprio devir do tempo social.

Vale acrescentar que, a disposição em que novos núcleos populacionais se formam na Mata mineira, novas atividades produtivas são exploradas, sendo articulados novos desenhos sociais, econômicos, políticos e culturais. Entende-se que

50 Ata de Qualificação de Eleitores. Arquivo da Prefeitura Municipal de Muriaé.

51 Livros de batismos e casamentos da Paróquia São Paulo, 1848-1888.

52 Inventários *post-mortem* de Venância Angélica da Luz, maço 5. Arquivo do Cartório Cível do 1º ofício do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros.

53 Inventários *post-mortem* de dona Maria José das Dores, maço 7. Arquivo do Cartório Cível do 1º ofício do Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros.

54 CUNHA, Alexandre Mendes. Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Tese de Doutorado. Niterói:UFF/PPGH, 2007.p.91.

essas ligações ocorriam a início de maneira espaçada, mas que aos poucos se estrutura numa intrincada e complexa rede de serviços, atividades e dependências. Observa-se que a disposição espacial das vilas e freguesias que se formam é erguida muito próximas uma das outras e todas elas, sem distinção, são cortadas, quando não por um rio, por um fio d'água, o que indica que estas vilas iniciam como lugar de pouso para viajantes, comerciantes e aventureiros, e que recebe, mais adiante, uma parcela de terra para construção de uma capela em homenagem a um santo devoto iniciando, de fato, o processo de institucionalização religiosa. Obviamente, que por ser uma área de fronteira aberta, esta ocupação não se dá de maneira muito pacífica, muito pelo contrário, os conflitos se faziam presentes, como será abordado a seguir.

O caso da Fazenda Capivara: estudo de caso

O complicado emaranhado no qual se organiza a distribuição de terras no Brasil, tece infinitas tramas que a todo o momento se confundem pelo âmbito da contradição das leis instituídas pelo defeituoso e discriminatório meio de repartição dessas terras. O sistema de sesmarias, desde seus primórdios, passou por muitas modificações e por diversos outros mecanismos de distribuição desigual, e na Mata mineira não foi diferente.

Com a presença do homem branco na região é perceptível o crescimento dos conflitos oriundos pela posse da terra. Este sertão que agora é local de desenvolvimento econômico, da corrida por riqueza e por melhores condições de vida é invadido por gente de todas as bandas em busca de um quinhão de terra e como nota-se, as doações de sesmarias não foi suficiente para resolver o problema de ocupação da terra, pois eram grileiros, posseiros, trocas, e cada qual, a seu modo, fazia valer seu poder de força. A fim de ilustrar a ideia de que esta região a ocupação não se deu de maneira pacífica, traremos o estudo de caso abaixo.

A oito de maio de 1875, em Cartório da freguesia de São Paulo do Muriahé, o escrivão Romualdo Moreira de Albuquerque lavra a abertura de uma Petição de Embargo no Fórum a pedido dos doutores João Chrysostomo Leopoldino de Magalhães, Adeodato Serrano Pires e Luis Orozimbo Alves de Mesquita, assim descrita:

Dizem Francisco Luciano de Paula e sua mulher, dona Bernardina Carolina de Paula, José Bernardino Venâncio de Paula e sua mulher dona Maria Lucianna de Paula. José Bernardino de Paula e sua mulher Maria Bernardina de Paula, Manoel José de Paula, que sendo senhores e possuidores da Fazenda de terras de cultura, denominada Capivara, na dita freguesia, a qual foi concedida por sesmaria, medida e demarcada e sucedida e que Firmino de Sá Rocha e sua mulher Dona

Marianna, João Pereira da Rocha, Antônio da Rosa Brum e sua mulher dona Maria de tal, todos moradores na mesma freguesia, invadirão e internarão-se pelas terras da dita Fazenda em diversos pontos e ahí tem feito serviços derrubando mattas e abrindo benfeitorias, como se fossem donos dos respectivos lugares, e não têm querido desocupar com reclamações amigáveis, nem mesmo com juízo conciliatorio⁵⁵.

O processo se caracteriza por amplos debates entre os advogados de acusação e defesa, instaurado pela querela de confrontantes, em uma porção de terras localizada geograficamente no lado leste pelo Rio Pomba, a oeste pelos divisores que são os acusados no processo de invasão, ao norte pelo ribeirão Capivara e ao sul pela região de floresta, no qual, ao final do processo, o juiz se posicionou perante uma das partes.

Os autores do processo apresentam em juízo uma Planta Topográfica, feita pelo engenheiro agrimensor J. Moura Neves, datada de 31 de março de 1874 (cópia abaixo); uma carta de sesmarias, datada a 27 de outubro de 1812, doada a Antônio Pereira da Costa; além de uma escritura de compra feita a Júlio César de Miranda Monteiro de Barros, morador de Barra Mansa, datada no ano de 1874, lavrada no Rio de Janeiro, feita pelos herdeiros do finado José Venâncio de Paula, não tendo na ocasião da transferência lavrado escritura em cartório.

Os réus, através do procurador Doutor Luiz Vieira de Rezende e Silva, exibem uma escritura pública de compra e venda datada de 3 de julho de 1872; uma escritura dos antigos proprietários da fazenda de cultura em vertentes do Capivara, por compra feita a Adriano José do Nascimento. Nesse documento, são apresentados os confrontantes e nenhum deles equivale aos autores do processo. Apresentam ainda, uma escritura de troca, datada de 27 de agosto de 1866, lavrada no livro de notas de Laranjal, termo da cidade de Leopoldina.

Durante vários meses de arrolamento e várias audiências com réplicas e trélicas de advogados de ambas as partes, nos chama atenção o embaraço do processo e da documentação apresentada, bem como os argumentos utilizados pelos advogados.

De acordo com o advogado de defesa, os autores do processo, apesar de apresentarem uma carta de sesmaria, que fora doada pelo Conde de Palma a Antônio Pereira da Costa, não possuem documento algum que comprove a transferência desta porção de terras para Júlio César de Miranda Monteiro e nem mesmo este senhor apresenta no ato da transferência aos compradores da Fazenda Capivara, nenhuma confirmação de sua posse, não tomando os réus qualquer conhecimento da transferência.

Assegura o advogado que, conforme consta na carta de sesmaria, esta terra deveria ser medida e demarcada num prazo de um ano, o que fora feito somente, em

55 Ação de Libelo, 1875. Autores: Felício Luciano de Paula e sua mulher, José Venâncio de Paula, José Bernardino de Paula e sua mulher e Manoel José de Paula. Rés: Firmino de Sá Rocha e sua mulher, João Pereira da Rosa, Antônio da Rosa Brum e sua mulher.FTPM, Muriaé - Maio 35.

1815, ou seja, três anos após a doação. Que os réus ocuparam esta terra mansa e pacificamente durante longos anos e que os autores utilizaram de falso título e de má fé.

Garante ainda, que o primeiro a possuir os terrenos foi Adriano José do Nascimento, que, em 1848, os vendeu a Manoel Francisco de Lima. Após doze anos, vendeu para Sá Rocha e sua mulher, e depois de mais de treze anos é que foram perturbados. Através de várias trocas e vendas, parte do terreno foi passado ao Capitão Manoel Francisco Malta e repassado para João Pereira Rosa, um dos réus, que há dezesseis anos mora no lugar, cultivando, plantando e fazendo outras benfeitorias e, só depois de um bom tempo, é que foram perturbados.

Na réplica, o advogado de acusação alega que deveriam ser consideradas as linhas limites presente na Planta Topográfica e que mesmo os confrontantes não tendo reconhecimento de tal venda, ela deve ser pensada e reconhecida, por que não se trata de uma sesmaria, mas de uma ação de força reivindicatória. Que estas terras nunca estiveram em propriedade dos réus, mas foi primitivamente constituída por concepção de sesmaria com limites determinados por linhas limítrofes e reconhecida.

De acordo com o denunciante, a demarcação se manifesta pela falta de direito dos réus na invasão, que Firmino de Sá Rocha e sua mulher, após a compra feita a Manoel Francisco de Lima, foram descendo seus serviços pelas terras dos autores do processo num pequeno córrego que deságua no ribeirão Capivara. Os vendedores Manoel Francisco de Lima e sua mulher faziam divisas com terras de Pedro Rodrigues Xavier da Silva Chaves, antecessor do Tenente Coronel Júlio César de Miranda Monteiro de Barros e sucessor de Domingos Alves da Silva Porto, tal qual está presente no documento dos réus.

João Pereira da Rosa, tendo adquirido parte da sesmaria dos autores por título de troca com Capitão Manoel Francisco Malta, obteve deste senhor uma escritura marcando seus limites, divisando na parte de cima com os índios Puris e a leste com a sesmaria dos autores. A propriedade dos réus localiza-se em terras de mato virgem e um braço de lagrimal, que deságua no ribeirão Capivara, situada abaixo do rumo da sesmaria dos autores.

E ainda, que sendo as terras dos autores concedidas e demarcadas ao sesmeiro Antônio Pereira da Costa, este senhor tomou posse, cultivou as terras, mesmo que parcialmente e passou a Domingos Alves de Sá Porto, que muito beneficiou sob a administração do seu irmão, Dr. Florindo, e que, depois da sua morte, foram passadas a Pedro Rodrigues Xavier da Silva Chaves e deste para Tenente Coronel Júlio Cezar que a vendeu para José Venâncio de Paula, pai e sogro dos autores. Finalizando, que foi dito por Dr. Florindo que foram construídos paredões de pedra no lugar denominado Puri, onde existia uma cachoeira e ali construíram um moinho sendo inexato o que alegavam os réus. Que a decisão final deveria ser em conformidade com o pedido de libelo, sendo

os réus condenados neste pedido e nas custas.

Após várias audiências, o advogado dos réus representou em juízo uma tréplica alegando invalidade da documentação. Julgando que, apesar de a sesmaria ter sido concedida a Salvador da Costa, não seria mais, naquele momento, pertencente somente aos autores do processo, mas também aos acusados, cada um em seus lugares e que nenhum dos réus tinham sido até então, perturbados, o mesmo acontecendo com seus antecessores. E mais, que os antecessores dos réus são os construtores do paredão de pedra próximo à cachoeira, não o Dr. Florindo e que todas as despesas deveriam correr por conta dos autores. Desta forma, aos três dias do mês de agosto de 1875, o juiz em exercício, Anacleto Correia de Faria, concluiu os autos baseados na tréplica dos réus.

Apesar de ser um processo recheado de documentação, estes dados poderiam ser legítimos ou não. O fato de todos os envolvidos, desde o início da doação da sesmaria (mesmo em período posterior ao solicitado em carta), até sua conclusão, de se dizerem cultivadores e construtores de benfeitorias, poderia ser a condição para na terra permanecer, principalmente, os relatos feitos após 1850, pois à Lei de Terras tinha no cultivo condições básicas para ser legitimada sua propriedade. Porém, nada impediria que essas informações pudessem falseadas.

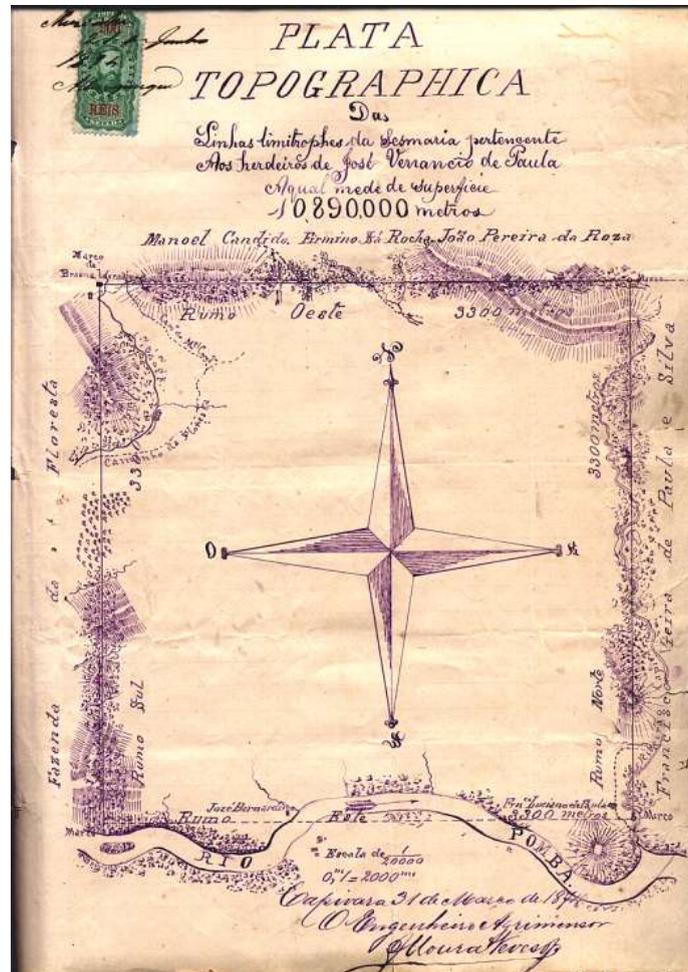
Estas terras são passadas e repassadas sem uma preocupação em transferi-las de maneira correta judicialmente, o que transforma o caso em uma mistura entre sesmeiros, posseiros, compradores e herdeiros que a todo o momento se confundem. É evidente que todos eles procuraram melhores áreas para o cultivo. Possuir água em abundância era um meio de se afirmar em terra fértil e de boa qualidade, podendo através dela, gerar divisas mediante construções de moinhos e engenhos, valendo-lhes também à facilitação da sobrevivência.

Mediados por estas hipóteses, nos perguntamos: por que o juiz pendeu para uma das partes, já que todos apresentaram justificativas nos autos? Por que o primeiro juiz a assumir o caso, doutor José Cândido da Silva Franca, não conclui o processo? Será que a medição feita pelo agrimensor, atividade tão escassa na época, não poderia ser confundida pela quantidade de terras ainda devolutas na região?

São questões que merecem um maior estudo, mas, ao mesmo tempo, nos fornece pistas que só um olhar reduzido nos permitirá observar situações únicas o pode possibilitar uma construção de um tecido social mais amplo. Porém, uma coisa é certa, o caso da Fazenda Capivara não é o único na região, mas ilustra como que uma região de fronteira aberta, que caracterizava pela presença de demarcações indígenas e de sesmarias, era sempre uma região de conflitos e desentendimentos, sem contar, que o plano de ocupação da região, foi feito sem qualquer tipo de preocupação em preservar terra de índio, mas sim fazer valer o poder de alguns poucos brancos privilegiadas, que recebiam lotes de terra como forma de amizade, de agrado ou coisa do tipo, e nos deixa em evidência que nos sertões o que vale é o prestígio, o poder e a força de determinadas

peessoas.

Foto 1: Planta Topográfica das linhas limítrofes da sesmaria pertencentes aos herdeiros de José Venâncio de Paula



Fonte: Ação de Libelo, 1875. Autores: Felício Luciano de Paula e sua mulher, José Venâncio de Paula, José Bernardino de Paula e sua mulher e Manoel José de Paula. Rés: Firmino de Sá Rocha e sua mulher, João Pereira da Rosa, Antônio da Rosa Brum e sua mulher. FTPM, Muriaé - Maço 35.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo principal entender a região da Zona da Mata mineira, mais conhecida como São Paulo do Manoelburgo, sob uma perspectiva interdisciplinar, desde o momento em que essa região era considerada *Área Proibida* até chegada do homem branco e ainda ilustrar, com estudo de caso, um conflito envolvendo a posse da terra na região.

Enfatizamos que os interesses entre conquistadores e conquistados, no território

geográfico compreendido mais especificamente como São Paulo do Muriaé e seu entorno, não se deu de maneira muito harmônica. Ao ocupar esse espaço mecanismos de convivência e poder foram sendo criados mediados pela dominação de grupos vindos de outras áreas em busca de sobrevivência e, conseqüentemente, imposições de regras.

Neste processo de ocupação do solo a administração colonial agiu de forma a efetivar a colonização e fazer valer os interesses de grupos, seja criando presídios, seja catequizando ou domesticando os índios. Mas o fato é que existia um medo, advindo de aventureiros que pela região adentrava, mas a possibilidade de possíveis lucros levou a efetiva ocupação de São Paulo do Manoelburgo que de forma desenfreada, gerou, em consequência dessa convivência, vários conflitos, como no caso ilustrado no trabalho.

Aos poucos, o sertão toma um tom de “civilizado”. Um espaço que anteriormente era harmônico e tranquilo, a não ser com os enfrentamentos das dificuldades de sobrevivência dos índios, seja com os deslizos nos labirintos das matas, seja com a ferocidade dos animais, se veste em cores evidenciadas pela exploração econômica, pelo assalto de terras alheias e conseqüentemente, pela exploração do índio. Nota-se que essa gente que ali se fixou organizou o espaço de acordo com as modalidades próprias, o que não quer dizer que foram impedidos de interagir. A interação existia, mesmo sabendo que os conflitos norteariam o crescimento econômico da região, já que haveria a tendência da terra se tornar mercadoria de troca.

Recebido em 26 de abril de 2018.

Aprovado em 19 de junho de 2018.